
Periódicos/2015

Biblioteca Jurídica



FÓRUM ADMINISTRATIVO - FA
BELO HORIZONTE, ANO 15, N. 171, MAIO.2015
(mensal)

Doutrina Artigos

- Concurso público: direito subjetivo à nomeação.

D'Alembert Arrhenius Alves dos Santos

- A autonomia em relação ao Poder Executivo e a democratização das eleições para o cargo de procurador-geral do Estado: atributos característicos de uma função essencial à justiça. **Flávia Faermann**

- Transferência de veículo. Interpretação mitigada do artigo 134 do CTB visando a uma gestão eficiente e combate à judicialização. **Geraldo Junio de Sá Ferreira**

- O que distingue a greve dos servidores públicos civis dos servidores públicos militares na visão do e. Supremo Tribunal Federal. A recente decisão monocrática na Reclamação nº 17.915. **Gina Copola**

- Breves considerações sobre o princípio do constitucionalismo ao neoconstitucionalismo pós-positivista. **Luiz Carlos da Rocha**

- A acumulação remunerada de cargos públicos: a compatibilidade de horários e o poder normativo da Administração Pública. **Maurine Morgan P. Oliveira**

- Probidade e ética na gestão pública: a Lei nº 12.846/2013 e a importância do advogado público no combate à corrupção. **Nilton C. A. Coutinho**

- A ordem econômica e a intervenção estatal hodierna propulsora da mitigação da autonomia ou viabilizadora da justiça social. **Nilton Kiyoshi Kurachi**

Orientações Práticas Fórum Administrativo

- Ajuda de custo e condições de percepção

Jurisprudência Seleccionada Acórdãos na Íntegra

- **Supremo Tribunal Federal ADI – Lei ordinária**

Estabelecimento de subteto aplicável aos servidores da Justiça desvinculado do subsídio mensal dos Desembargadores – Art. 37, XI e §12, CF/88 – Valor diferenciado e a menor – Tratamento gravoso aos servidores – Inconstitucionalidade.

- **Superior Tribunal de Justiça Concurso público**

Exame psicológico – Declaração do candidato não recomendado – Critérios subjetivos – Ausência de motivação do ato – Afastamento da nulidade pelo Tribunal estadual em razão da natureza especial do cargo – Atividade policial – Reforma do julgado – Necessidade de novo exame.

• **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Previdenciário – Constitucional – Administrativo –
SENAC – Entidades paraestatais – Sistema “S” –
Enquadramento como entidade pública – Plano de
previdência complementar – Paridade de contribuição
– Art. 202, §3º, da CF/88 – Aplicabilidade

• **Tribunal Regional Federal da 2ª Região Ação civil pública** – Bem tombado pelo IPHAN – Decreto-Lei nº 25/37 – Proprietário não identificado – Dever de conservação – Responsabilidade da União Federal – Ilegitimidade passiva do município

• **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

Administrativo – Mandado de segurança – Servidor militar – Alteração de lotação ex officio – Dependente estudante – Ensino superior – Transferência obrigatória para estabelecimentos congêneres independente de vaga e exame seletivo – Possibilidade

• **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Administrativo – Servidor público – Concurso de remoção – Desistência tácita de candidato classificado – Reclassificação de outro após o término do procedimento de remoção – Impossibilidade – Infringência a boa organização da Administração Pública.

Ementário

- Administrativo
- Concurso Público
- Improbidade Administrativa
- Meio Ambiente
- Penal e Processual Penal
- Previdenciário
- Processo Administrativo Disciplinar
- Servidor Público.

Tendências Jurisprudenciais

- Concurso Público
- Improbidade Administrativa
- Responsabilidade Civil
- Servidor Público.

Legislação Comentada

- Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 62-A)-Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- Informativo de Legislação



FÓRUM DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA FCGP BELO HORIZONTE, ANO 14, N. 161, MAIO. 2015.

Doutrina Artigos

- Os diversos direitos de preferência em licitações e sua aplicação. **Flavia Daniel Vianna, Ricardo Ribas da Costa Berloff**
- Poderes da Administração Pública. **Floriano de Azevedo Marques Neto**

- A sustentabilidade no Regime Diferenciado de Contratações Públicas. **Marcos Weiss Bliacheris**
- Terceirização municipal em face da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Maria Sylvia Zanella Di Pietro**
- Controle parlamentar sobre contratos considerados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado: uma abordagem do Parlamento Paulista. **Patrícia Rosset Parecer**
- Alteração qualitativa em contrato administrativo e os limites do art. 65 da Lei nº 8.666/93. **Carlos Ari Sundfeld**

Orientação Prática em Gestão Pública

- Aquisição de software e direitos de propriedade intelectual

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

• **Tribunal de Contas da União Relatório de auditoria** – Restauração e construção de rodovia – Obras de duplicação – Indícios de irregularidades – Escolha da composição de preços unitários – Estudo técnico acerca das interferências que a obra recebe da operação da via pré-existente – Necessidade – Escolha de solução mais onerosa – Justificativa na etapa de planejamento da obra Tribunal de Contas da União.

• **Tribunal de Contas da União Representação** – Pregão – Modificação da proposta após a fase competitiva – Suspensão cautelar do andamento do certame – Edital impreciso – Não enquadramento no conceito de ajuste – Vantagem indevida para licitante – Procedência – Assinatura de prazo para anulação da fase competitiva – Possibilidade de retomada da licitação Tribunal de Contas da União.

• **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Administrativo – Licitação – CEF – Contratação de empresa para fornecimento de sistema de gerenciamento de plano de saúde – Atestado de capacitação técnica – Requisitos de um número mínimo de beneficiados e de estabelecimento ou profissionais credenciados – Exigências justificadas na necessidade de contratação de empresa com experiência no ramo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

• **Tribunal Regional Federal da 1ª Região** Ação civil pública – Licitação fraudulenta – Utilização de meios arditos em procedimento licitatório – Utilização indevida de modalidade distinta da legalmente prevista – Afronta a legislação de regência – Dever de indenizar os danos materiais e morais coletivos Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Consultas - Tribunais de Contas

• Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Consulta – Prefeitura municipal – Questionamento à
acerca da possibilidade dos entes municipais editarem
normas próprias de licitação – Possibilidade de
exercício da competência legislativa complementar –
Regulamentar normas gerais de competência da
União – Vedação a criação de novas modalidades
licitatórias – Possibilidade de alteração dos limites
máximos de valores mediante lei formal Tribunal de
Contas do Estado de Mato Grosso

• Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Consulta – Transferências voluntárias – Utilização de recursos
provenientes de convênio para pagamento de verbas
rescisórias – Possibilidade Tribunal de Contas do
Estado do Paraná

Ementário

- Concessão E Permissão
- Contratação Direta
- Contrato Administrativo
- Controle Interno E Externo
- Convênio
- Licitação

Tendências Jurisprudenciais

- Contrato Administrativo
- Controle Interno E Externo
- Licitação Legislação Comentada
- Comentário à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 63) Antônio Flávio de Oliveira

Legislação Informativo de Legislação

- Informativo de Legislação



FÓRUM DE DIREITO URBANO E AMBIENTAL - FDUA BELO HORIZONTE, ANO 14, N. 80, MAR./ABR. 2015

Doutrina Artigos

- As concepções éticas do direito ambiental diante do novo constitucionalismo latino-americano. **Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro**
- Lei Complementar nº 140/2011 – retrocesso, avanço ou manutenção do status quo ante? **Cristiano Cota Pinheiro**

- Teoria dos Direitos dos Animais. **Edna Cardozo Dias**
- **Administração Pública x Enchentes:** a postura do Procurador do Estado ante os novos instrumentos urbanísticos introduzidos pela Lei Federal nº 12.608/12. Fagner Vilas Boas Souza
- **Protocolo de Nagoya e a legislação brasileira concernente** – Conflito ou convergência legal. Gustavo Teixeira Caixeta Jurisprudência Seleccionada Acórdãos na Íntegra
- **Tribunal Regional Federal da 1ª Região Ambiental**
 - Licença de instalação – Expedição – Desnecessidade de cumprimento de todas as exigências na licença prévia – Inexistência de previsão legal – Licença prévia expedida na fase preliminar do planejamento de atividade – Requisitos básicos a serem atendidos nas fases subsequentes de localização, instalação e operação – Possibilidade de controle de adequaçãoTribunal Regional Federal da 1ª Região

• **Tribunal Regional Federal da 2ª Região Dano ambiental** – Ação civil pública – Sentença condenatória – Dano ambiental – Comercialização de corais de coleta proibida – Indenização – Execução – Insuficiência patrimonial da empresa devedora – Desconsideração da personalidade jurídica – Incolumidade do meio ambiente – Art. 4º, da Lei nº 9.605/98 Tribunal Regional Federal da 2ª Região

• **Tribunal Regional Federal da 3ª Região Direito Ambiental** – Ação civil pública – Área de Preservação Permanente – Ocupação por conjunto residencial – TAC – Fixação de medidas compensatórias em substituição à preservação da área protegida – Demolição das construções habitacionais já habitadas – Impossibilidade no caso concreto – Observância do princípio da razoabilidade Tribunal Regional Federal da 3ª Região

- **Tribunal Regional Federal da 4ª Região Ambiental**

– Ação civil pública – Campus universitário – Licença ambiental – Estudo ambiental simplificado – Possibilidade – Estudo de impacto de vizinhança – Inexigibilidade Tribunal Regional Federal da 4ª Região

- **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Processual Civil e Direito Ambiental – Execução de obrigação de fazer – TAC – Título executivo extrajudicial – Lei nº 7.347/85 – Dano ambiental – Obra pública – Responsabilidade objetiva, modalidade do risco integral e solidária – Compensação ambiental – Ausências de cominações ao DER-SE – Autarquia estadual – Personalidade jurídica própria – Ausência de assinatura de seus representantes legais – Impossibilidade de integração ao pólo passivo Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Ementário

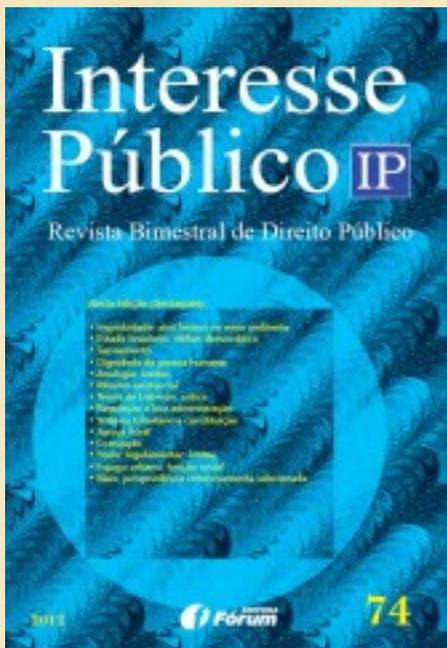
- Ação Civil Pública
- Ação Popular
- Administrativo
- Animal Silvestre
- Área De Preservação Permanente
- Crime Ambiental
- Dano Ambiental
- Infração Ambiental
- Licença Ambiental
- Ocupação Urbana
- Responsabilidade Civil
- Tombamento

Tendências Jurisprudenciais

- Crime Ambiental
- Dano Ambiental
- Infração Ambiental
- Preservação Ambiental
- Utilização Do Solo E Espaço Urbano

Legislação Informativo de Legislação

- Informativo De Legislação



INTERESSE PÚBLICO - IP BELO HORIZONTE, ANO 17, N. 90, MAR./ABR.2015

Doutrina

Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

- Falta de água e soluções jurídicas . **Paulo Affonso Leme Machado**
- Cultura e previsibilidade do direito . **Luiz Guilherme Marinoni**

- Contratos administrativos nos dias atuais .

Fernando Menezes

- Utilidade do conceito de sistema para o direito administrativo. **Silvio Luís Ferreira da Rocha**

- O neoconstitucionalismo e a evolução do direito administrativo . **Raimundo Márcio Ribeiro Lima**

- Manifestações públicas e desenvolvimento. **Luiz Alberto Blanchet**

- Direito fundamental à privacidade: o sigilo bancário e a fiscalização da Receita Federal do Brasil. **Regina Beatriz Tavares da Silva**

Doutrina Estrangeira

- La crisis financiera del estado y la regulación del control del gasto público tras la reforma en 2011 de la Constitución Española. **M^a Jesús García-Torres Fernández**

Seção de Direito Tributário

- Aspectos da economia de mercado e políticas públicas contemporâneas – Impasses gerados pela isenção fiscal. **Cibele Granzotto Léger**

Seção de Direito Municipal

- Perspectiva contemporânea da responsabilidade territorial do Estado no planejamento urbano e regional preventivo aos desastres naturais no Brasil
Cintia Estefania Fernandes Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)

- Controle judicial do ciclo orçamentário: um desafio em aberto. **Élida Graziane Pinto**

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- **Supremo Tribunal Federal Ação direta de inconstitucionalidade** – Criação do Fundo Rotativo de Emergência da Agricultura Familiar – Isenção de pagamento concedida aos produtores rurais beneficiados pelo Programa Emergencial de Manutenção e Apoio a Pequenos Proprietários Rurais – Lei Gaúcha n. 11.367/1999 – Desenvolvimento de políticas públicas estaduais – Ausência de imoralidade e inconstitucionalidade

- **Superior Tribunal de Justiça Responsabilidade civil** – Danos morais – Concessionária de serviço público – Fornecimento de água contaminada pela presença de ossadas e restos viscerais de cadáver humano – Adequação do serviço público – Natureza jurídica de direito público do litígio – Aplicação do CDC – Fato ocorrido em comunidade pequena –

Necessidade de tratamento jurídico homogêneo e

• **Superior Tribunal de Justiça Administrativo** – uniforme

Servidora pública estadual ocupante de cargo em comissão – Adoção – Licença maternidade – Regime Geral de Previdência – Lei nº 8.213/91 e Art. 40, §13º, da CF/88 – Aplicação da lei vigente a época da adoção – Impossibilidade de retroação da lei no que tange a outorga de benefícios previdenciários – Ausência de direito líquido e certo

• **Superior Tribunal de Justiça Direito Minerário e**

Civil – Ação de reparação de danos materiais – Autor amparado por alvará de pesquisa – Direito de prioridade – Garantia ao pesquisador da futura exploração da reserva pesquisada de forma exclusiva – Lavra clandestina e ilícita da área por terceiro – Direito à proteção da lavra – Reparação devida

- **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Administrativo e Processual Civil – Conflito de leis no tempo – Multa de trânsito – Superveniência de lei mais benéfica – Aplicabilidade – Sentença confirmada

- **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Responsabilidade civil – Escola Naval – Trote violento incomprovado – Ausência de nexo de causalidade entre o dano alegado e a conduta estatal – Problemas de saúde experimentados decorrentes da prática de exercícios intensos durante o Estágio de Adaptação – Compatibilidade com o treinamento físico necessário à atividade militar – Reparação por danos materiais e morais indevida

Ementário

- Ação Civil Pública
- Administrativo
- Bem Público
- Concurso Público
- Constitucional
- Desapropriação
- Improbidade Administrativa
- Poder de Polícia
- Responsabilidade Civil
- Servidor Público
- Trânsito
- Tributário



RDA - REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO -
EDIÇÃO COMEMORATIVA 2014 BELO HORIZONTE,
ANO 2014, N. 1, DEZ. 2013

Editorial

- Editorial Artigos
- **Direito Administrativo – Importância e necessidade do seu estudo*** Francisco Gê Acaiaba de Montezuma
- **Defesa, guarda e rigidez das constituições*** Pontes de Miranda
- Igualdade de todos perante a lei* Francisco Campos

- Igualdade de todos perante a lei* Francisco Campos
- Reformas essenciais ao aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras* Seabra Fagundes
- Aspectos do parlamentarismo brasileiro* Miguel Reale
- Conceito do Direito Administrativo* Osvaldo A. Bandeira de Melo
- O princípio da legalidade e o desvio de poder* Themístocles Brandão Cavalcanti
- As constituições estaduais e sua adaptação à carta federal* Caio Tácito

- A crise do estado de direito e a nova constituição do Brasil* A. B. Cotrim Neto
- Reconsideração do tema do abuso de poder* Victor Nunes Leal



RDA - REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO BELO HORIZONTE, ANO 201, N. 268, JAN/ABR. 2015

Editorial

- Editorial Artigos

- Abordagens jurídicas transnacionais sobre direito administrativo: a conceituação dos contratos públicos na globalização* Transnational legal approaches to administrative law: conceptualizing public contracts in globalization** Stephan W. Schill

- O direito administrativo no sistema de base romanística e de common law*, ** Brazilian administrative law: under the influence of common law and civil law Floriano de Azevedo Marques Neto

- O controle jurisdicional dos atos administrativos discricionários* The judicial review of administrative acts discretionary Caroline Leal Ribas**, Gustavo Almeida Paolinelli de Castro

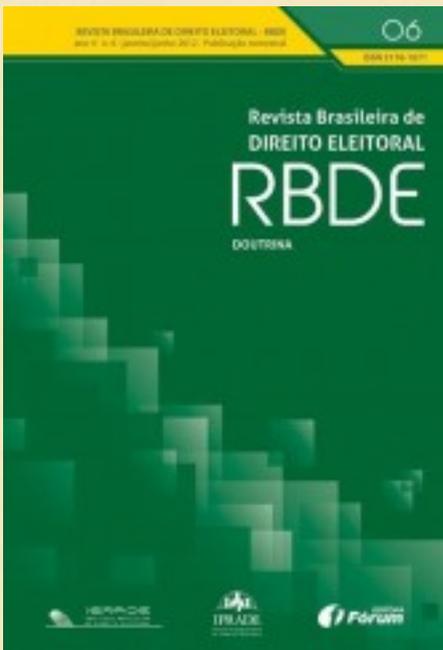
- Definição e estrutura dos direitos fundamentais*
The definition and structure of fundamental rights
Paulo Victor Vieira da Rocha
- Uma análise do aspecto regulador do Estado brasileiro à luz do papel das agências reguladoras* An analysis of the regulatory aspect of the Brazilian State from the perspective of the role of regulatory agencies
Cristina Alves da Silva, Rocco Antonio Rangel Rosso
Nelson
- Para onde vai o federalismo? Notas sobre o que foi e o que poderá vir a ser o Estado Federal* Where the federalism are going to? Jottings about what federalism were and what it could be
Antonio Celso Baeta Minhoto

- Espécie Invasora — história da recepção do conceito de direito administrativo pela doutrina jurídica brasileira no século XIX* Invading Species — history of the reception of the concept of administrative law by the brazilian legal doctrine in the 19th century Walter Guandalini Junior
- A transferência de outorgas de radiodifusão e a comercialização de tempo de programação* The transfer of broadcasting licenses and the trading of programming time Bráulio Santos Rabelo de Araújo

Pareceres e Votos

- Anvisa e o controle do tabagismo Virgílio Afonso da Silva
- Inconstitucionalidade no regime especial de pagamento de precatórios pelos estados, Distrito Federal e municípios (STF) Supremo Tribunal Federal

- Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) Fusão das empresas BDO e KPMG Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Redução do horário de atendimento ao público no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás Conselho Nacional de Justiça - CNJ Documentos
- Parlamentarismo ou presidencialismo — debates na Comissão Afonso Arinos Evaristo de Moraes Filho, Gilberto Freyre



REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL - RBDE BELO HORIZONTE, ANO 6, N. 11, JUL./DEZ. 2014

Doutrina

Artigos

- A função social dos partidos políticos no atual modelo institucional delineado pela Constituição da República de 1988
Andrey Felipe Lacerda

- O artigo 30-A, §2º, da Lei nº 9.504/97: uma análise à luz da proporcionalidade Guilherme Rodrigues Carvalho Barcelos
- O Poder Judiciário no contexto do Estado democrático de direito: o Ativismo Judicial Larissa Verena Rocha Batista , Paula Zambelli Salgado Brasil
- O controle de convencionalidade da Lei da Ficha Limpa Marcelo Ramos Peregrino Ferreira
- A importância do sufrágio como instrumento de mudança do cenário político e social do Brasil Matheus Lopes Rezende
- A promessa enganosa em propaganda eleitoral: meios de controle compatíveis com o estado constitucional democrático Morton Luiz Faria de Medeiros

- O embate dos princípios da legalidade e da moralidade na jurisdição eleitoral brasileira Tamira Almeida Martins
- Bolsa Família como atalho cognitivo em eleições presidenciais: um estudo a partir do Google Trends (2006, 2010 e 2014) Thiago Perez Bernardes de Moraes, Romer Mottinha Santos
- Cabos Eleitorais – Artigo 100 da Lei 9.504/97 – Constitucionalidade – Ausência de vínculo empregatício – Competência da Justiça do Trabalho – Artigo 114 da Constituição Federal Rafael de Almeida Ribeiro



**REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL -
RBDPRO BELO HORIZONTE, ANO 24, N. 90, ABR./JUN.
2015**

Doutrina
Artigos

- Iniciativa probatoria de ofício Alejandro Abal Oliú

- Algunas perspectivas del proceso civil y garantismo

Andrea A. Meroi

- Reflexiones sobre la tolerancia Ariel Álvarez Gardiol

- A cooperação como alternativa ao antagonismo garantismo processual/ativismo judicial Arlete Inês

Aurelli

- Arquitetura racional do processo civil no Estado constitucional Arthur Maria Ferreira Neto

- Processo jurisdicional democrático – Relação entre verdade e prova Carlos Henrique Soares

- Reformas processuais: estatalismo ou privatismo?

Por um modelo participativo Dierle Nunes

- Algumas considerações sobre as iniciativas judiciais probatórias Eduardo José da Fonseca Costa
- Efetividade processual, princípio da cooperação e poderes instrutórios Elias Marques de Medeiros Neto
- Rumos do garantismo processual: Brasil e América Latina — Garantismo na Corte Interamericana de Direitos Humanos Fauzi Hassan Choukr
- Como se derrotó en Chile cargas probatorias dinámicas – Su diferencia con el principio de facilidad de la prueba Francisco Pinochet Cantwell
- Expectativas em torno do Novo CPC. Entre o ativismo judicial e o garantismo processual 1 Glauco Gumerato Ramos

- La institución del apercibimiento en el derecho procesal civil peruano Hílmer Zegarra Escalante
- Limites ou alcances do devido processo conforme a Constituição desde a ótica da iniciativa probatória e a sentença Hugo Botto Oakley
- La Reforma Procesal Civil – Una necesidad, pero no a costa de un retroceso Hugo Muñoz Basaez
- A ação rescisória no Novo Código de Processo Civil Humberto Theodoro Júnior
- Ativismo judicial na tutela jurisdiccional diferenciada João Batista Lopes
- Limitaciones al derecho de defensa en el proceso sumarísimo del código procesal civil peruano José Alfredo Lovón Sánchez

- O “bom litigante” – Riscos da moralização do processo pelo dever de cooperação do novo CPC Lenio Luiz Streck, Lúcio Delfino, Rafael Giorgio Dalla Barba, Ziel Ferreira Lopes
- O Novo CPC e o Hermeneutic Turn do Direito brasileiro – Condições e possibilidades Lenio Luiz Streck
- La argumentación jurídica como presupuesto de legitimidad de la decisión jurisdiccional bajo la perspectiva del garantismo procesal* Liliana Damaris Pabón Giraldo
- Coisa julgada, Constituição Federal e o novo Código de Processo Civil Luiz Eduardo Ribeiro Mourão
- Discricionariedade judicial em matéria probatória Maria Elizabeth de Castro Lopes

- Breve visión comparativa del tratamiento de la actividad probatoria en el Código General del Proceso de Colombia, en el Novo Código de Processo Civil de Brasil y en el proyecto de Código Procesal Civil de Chile Miguel Ángel Reyes Poblete
- Los nuevos desafíos doctrinarios y normativos de la teoría garantista de cara al siglo XXI Omar A. Benabentos, Mariana Fernández Dellepiane
- Garantia da motivação das decisões no Novo Código de Processo Civil brasileiro: miradas para um novo processo civil 1 Paulo Henrique dos Santos Lucon
- Processualismo tecnocrático versus processualismo tecnológico: da eficiência quantitativa à efetividade qualitativa no direito processual civil Ricardo Augusto Herzl, Wilson Engelmann

- A garantia a um processo sem armadilhas e o Novo Código de Processo Civil Rogerio Mollica
- O paradigma processual ante as sequelas míticas do Poder Constituinte originário Rosemiro Pereira Leal
- La administrativización de los procesos jurisdiccionales Teresa Borges García
- La imparcialidad y los poderes del juez según el Tribunal de Justicia de la Unión Europea Virginia Pardo Iranzo



REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO - RBDP BELO HORIZONTE, ANO 13, N. 49, ABR./JUN. 2015

Doutrina

Artigos

- Serviços privados no SUS: o regime de complementariedade dos serviços públicos de saúde e a Lei nº 13.019, de 2014 Lenir Santos

- As organizações sociais na jurisdição constitucional
– ADI nº 1.923 Marcelo José das Neves
- Step-in rights e o regime da administração temporária no âmbito da Lei de Concessões Lucas de Moraes Cassiano Sant'Anna, Pedro Romualdo Saullo
- A ação civil pública como instrumento de salvaguarda ao exercício da cidadania das pessoas com deficiência Telma Aparecida Rostelato
- Criação de unidade de conservação caduca? José Evaldo Bento Matos Júnior
- A constitucionalidade da desvinculação de receitas da União Érica de Santana Silva Barretto

- Função sustentável da propriedade imóvel urbana
Georges Louis Hage Humbert
- A contratação por inexigibilidade de licitação com fornecedor ou prestador de serviço exclusivo – Breve análise do art. 25, I da Lei nº 8.666/93
- As dimensões da boa-fé objetiva no direito contratual privado André Luís Vieira
- O papel do Tribunal de Contas da União na regulação econômica dos serviços públicos: análise dos arrendamentos portuários Anderson Marcio de Oliveira

Parecer

- Crime de responsabilidade do Presidente da República – Viabilidade jurídica do processo – Exercício da função por oito anos – Acusação de ação ou omissão culposa – Garantia do devido processo legal Adilson Abreu Dallari

Jurisprudência Seleccionada

Acórdão na Íntegra

- Supremo Tribunal Federal Constitucional – ADI – Lei nº 17.882/2012, do Estado de Goiás – Serviço de Interesse Militar Voluntário (SIMVE) – Inobservância da regra constitucional impositiva do concurso público – Violação aos art. 37, II, e 144, §5º, da Constituição da República – Previsão genérica e abrangente de contratação temporária – Inconstitucionalidade formal – Lei estadual que contraria normas gerais editadas pela União Supremo Tribunal Federal

- Supremo Tribunal Federal Constitucional – Lei municipal de iniciativa parlamentar – Normatização de deveres dos servidores – Descabimento – Iniciativa do Chefe do Poder Executivo Supremo Tribunal Federal

- Supremo Tribunal Federal ADI – Administrativo – Constitucional – Lei estadual – Licitação – Aquisição de softwares livres ou sem restrições proprietárias – Instituição de preferência abstrata – Exercício regular da competência legislativa estadual – Inexistência de usurpação de competência legiferante reserva à União Supremo Tribunal Federal



REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS - RBEC BELO HORIZONTE, ANO 8, N. 30, SET/DEZ 2014

Editorial

- Editorial

PARTE TEMÁTICA: Protestos Populares Artigos

- O poder constituinte e a nova Política Nacional de Participação Social: uma análise do projeto de

suspensão do Decreto nº 8.243/2014 a partir das
contribuições de Antonio Negri Ana Beatriz Oliveira
Reis